

I – Identificação

Nome Completo:	Data de Nascimento:
CPF:	Profissão:
Naturalidade:	Função/ Cargo:
Cor ou Raça:	Estado Civil:
() Amarelo () Branco () Preto () Pardo () Indígena () Outros	

Gênero:	Se Identifica como membro da co
() Feminino () Masculino () Não Binário () Outros	() Sim () Não
() Pessoa com Deficiência () Pessoa sem Deficiência () Prefere não responder	

Formação Acadêmica (Apresentar currículo e comprovação documental):

Nome Completo Cônjuge:	CPF:
------------------------	------

Participa, de forma remunerada, de outros conselhos de administração ou fiscal de empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação, ou de outras entidades privadas, sem fins lucrativos, ou de organizações internacionais?

() Não () Sim. Se a resposta for sim, informar qual/quais:

II – Documentos para elegibilidade

Cópia do RG
Cópia do CPF
Cópia da Certidão de Casamento/Documento Equivalente
Foto para perfil do portal de Governança
Dados Bancários
Comprovante de Endereço atualizado
Telefone Pessoal para Contato
Telefone Comercial para Contato
E-mail Comercial
E-mail Pessoal
NIT/PIS
Minicurrículo a ser apresentado na CVM e no Portal de Governança da Cagece:

III – Requisitos (deve apresentar comprovação correspondente)**Lei Federal nº13.303/2016 (Lei das Estatais)**

Tem experiência profissional de, no mínimo:

a) 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da Cagece ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior;

b) 4 (quatro) anos ocupando pelo menos um dos seguintes cargos:

1. cargo de direção ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da Cagece, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;
2. cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS-4 ou superior, no setor público federal, ou equivalente a DAS-2, nos setores públicos estadual ou municipal;
3. cargo de docente ou de pesquisador em áreas de atuação da Cagece;

c) 4 (quatro) anos de experiência como profissional liberal em atividade direta ou indiretamente vinculada à área de atuação da Cagece;

Possui formação acadêmica, contemplando curso de graduação ou pós-graduação, compatível com o cargo para o qual foi indicado? *Apresentar comprovação documental*;

É empregado da Cagece e ingressou por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos?

É empregado da Cagece há mais de 10 (dez) anos de trabalho efetivo?

É empregado da Cagece e ocupou cargo na gestão superior da Companhia, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades dos cargos citados no segundo item dessa seção?

IV – Vedações e Impedimentos

Lei 13.303/16 (Lei das Estatais)

É representante do órgão regulador ao qual a Cagece está sujeita?

É Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal?

É titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública?

É dirigente estatutário de partido político, ainda que licenciado?

Possui cônjuge ou parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos itens anteriores?

Atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político?

Atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral?

Exerce cargo em organização sindical?

É pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com o Estado do Ceará, com a Cagece, ou empresa do seu mesmo grupo econômico ou outras sociedades de economia mista controladas pelo Estado do Ceará, nos 3 (três) anos anteriores à data de sua nomeação?

É pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com o Estado do Ceará com controlada ou com a própria Cagece?

Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha limpa)

É pessoa inalistável ou analfabeta?

É membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais, que haja perdido o respectivo mandato por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura?

Foi Governador ou Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal ou Prefeito ou Vice-Prefeito que perdeu seu cargo eletivo por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município ou Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenha sido eleito?

Tem contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorre ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?

Foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, por qualquer dos crimes abaixo? 1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; 2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; 3. contra o meio ambiente e a saúde pública; 4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; 5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; 6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; 7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; 8. de redução à condição análoga à de escravo; 9. contra a vida e a dignidade sexual; e 10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

Foi declarado indigno do oficialato, ou com ele incompatível, pelo prazo de 8 (oito) anos?

Teve suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que tiverem agido nessa condição?

Foi detentor de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiou a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenha sido diplomado, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes?

Exerceu cargo ou função de direção, administração ou representação em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro que tenham sido ou estejam sendo objeto processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação?

Foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição?

Foi Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito, membro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciou a seu mandato desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município ou Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foi eleito e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura?

Foi condenado à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena?

Foi excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário?

Foi condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de ter desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude?

Foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário?

É pessoa física e ou dirigente de pessoa jurídica responsável por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão?

É magistrado ou membro do Ministério Pùblico que foi aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenha perdido o cargo por sentença ou que tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos?

Lei Federal 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e Instruções Normativas CVM

É pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?

É pessoa declarada inabilitada por ato da Comissão de Valores Mobiliários?

Ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Cagece no mercado, em especial cargo em conselhos consultivos, de administração ou fiscal?

Tem interesse conflitante com a Cagece?

Nos últimos 5 anos sofreu qualquer condenação que se enquadre em uma das categorias abaixo:

1. Condenação criminal (ainda que sujeita a recurso);
2. Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas (ainda que sujeita a recurso), indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;
3. Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Caso tenha respondido de forma afirmativa em relação a qualquer dos itens acima, favor apresentar (em anexo) as seguintes informações em questão:

1. Indicação do órgão judicial ou administrativo que proferiu a decisão:

2. Pena(s) aplicada(s):

3. Estágio do processo e recursos ainda cabíveis ou pendentes de julgamento:

V - Tribunal de Contas do Ceará – TCE

Está incluído na lista de responsáveis a quem o Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE declarou irregulares, inidôneos e inabilitados?

VI - Resolução CVM nº 50/21 (Pessoa Politicamente Exposta - PPE)

Se enquadra nas definições de PPE, nos termos da Resolução CVM 50/21, Anexo A, artigos 1º, 2º e 3º?

Desempenhou nos últimos 05 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou no exterior, de acordo com as definições de PPE da questão anterior?

Possui familiares e estreitos colaboradores que se enquadrem nas definições de PPE, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50/21?

Caso tenha respondido de forma afirmativa em relação a qualquer das perguntas acima, favor indicar os seguintes dados da Pessoa:

Nome completo:

Descrição do parentesco/relação:

Especificação do cargo/função:

Período de exercício ou mandato:

Data de nascimento:

Identidade (RG) e órgão emissor:

CPF/ME ou número do passaporte:

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que os comprovantes anexos são exatos, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie.

Fortaleza, _____ de _____ de _____.

Candidato



Comunidade LGBTQIAPN+:

ta ou de suas subsidiárias?

() Sim () Não

() Sim () Não

() Sim () Não



() Sim () Não

() Sim	() Não
() Sim	() Não
() Sim	() Não
() Sim	() Não

Sim Não

informações sobre cada condenação

Sim Não

Sim Não

Sim Não

Sim Não

da Politicamente Exposta:

que as informações prestadas e os